

Como a História Oral chegou ao Brasil

Entrevista com Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araujo*

M.C. – *Aspásia, você é uma das fundadoras do CPDOC e foi a principal responsável pela introdução da História Oral no Brasil. Como se deu isso?*

A.C. – Em 1973 a Celina Vargas deixou a França e voltou para o Brasil e eu continuei lá, terminando minha tese de doutorado, que defendi em janeiro de 74. Fui das primeiras da minha geração a defender tese e estava disponível profissionalmente para uma aventura num patamar superior. A Celina levantou a possibilidade de eu vir ajudá-la a conceber e a montar o CPDOC, dizendo: “O que precisamos é transformar esses arquivos numa fonte de pesquisa, fazer alguma coisa que tenha visibilidade acadêmica”¹. A idéia dela era essa, e isso para mim pesou. Ao mesmo tempo, fiquei pensando em alternativas, porque havia naquela época o IUPERJ, que acabava de ser criado, e que era meu grupo de referência².

Houve um ponto importante no nosso entendimento, da Celina e meu, que acho que é mérito dela e merece ser destacado: a visão dela era de um centro que não fosse propriamente um culto à personalidade de Getúlio Vargas, mas uma referência institucional para estudar um período inteiro, com os atores que estivessem aí envolvidos. Era uma coisa muito vaga, mas senti nela essa predisposição generosa de não se limitar a fazer um centro como as grandes bibliotecas americanas, que são bibliotecas

* Esta entrevista, realizada no Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1998, foi concebida originalmente para integrar um projeto que a entrevistadora está desenvolvendo sobre a história da Fundação Getúlio Vargas. Aproveitou-se a ocasião para que Aspásia relembresse as motivações e os desafios que envolveram a introdução pioneira da história oral como recurso de pesquisa histórica no Brasil.

** Professora do Departamento de Ciência Política da UFF e pesquisadora do CPDOC-FGV.

de presidentes. No fundo, o que ela provavelmente desejava, inconscientemente, era ressaltar a imagem de Getúlio num nível superior, quase uma inspiração política de toda uma era, não apenas o aspecto pessoal. De qualquer maneira, estava colocado o problema de que não íamos criar um centro de documentação puramente voltado para Getúlio Vargas, mas que íamos criar uma instituição capaz de pensar e entender melhor o Brasil desse período.

A gente sentia que a década de 30 era uma década de ninguém, não tinha dono para refletir profundamente aquilo, a não ser o fato de que éramos uma geração do pós-guerra e que tínhamos uma visão crítica da ditadura do Estado Novo. Isso não era suficiente nem para entender a Revolução de 30, que também se limitava a um certo número de *slogans*. Quem estivesse trabalhando academicamente com uma visão de ciência política, com uma visão sociológica mais ampla, não se contentava com a história tradicional que tínhamos, que era importante porque fornecia dados, mas não dava inteligibilidade ao período.

À exceção de raros casos como o de Bóris Fausto³, o que havia então, no Brasil, em termos de metodologia, de epistemologia, na visão histórica? Havia dois tipos de historiadores: um, o historiador tradicional que, em geral, se interessava pelo século XIX e tinha pouco interesse por esse período que estávamos estudando; o outro, um historiador documentalista, que não chegava a ser propriamente historiador, no sentido interpretativo. Este era o caso de Hélio Silva, que não usava propriamente a metodologia do historiador, aquela coisa obsessiva do detetive, que tem que juntar todas as peças para tirar uma conclusão e poder organizar seu texto. O que havia era uma batelada de documentos, costurados de uma maneira muito rápida. Nessa linha havia ainda o Edgar Carone, um historiador de peso, mas que também se esforçou para contar a história factual, e tinha uma visão ideológica do período⁴.

A historiografia internacional, por sua vez, estava dividida entre os historiadores tradicionais, que faziam uma história factual extremamente limitada do ponto de vista interpretativo e do conteúdo, e a chamada história dos *Annales*, uma história social, que reunia historiadores mais competentes mas que não se interessavam pela história política, porque achavam que política era coisa dos interesses. Voltavam-se para a história profunda, a história dos costumes, do social, que não reservava lugar para a história política, vista como pária nesse processo. Acho que a contribuição que dei com essas decisões que tomamos, foi no sentido de abrir uma picada nova. Eu dizia que a história política também é uma história social, no sentido de também ser estrutural. Nós queríamos capturar a estrutura da conjuntura política. Isso

teve muitas conseqüências para a História Oral, porque ninguém admitia que se poderia fazer uma história política que não fosse a história tradicional, factual, e nós queríamos ir além do fato.

Partimos então da idéia de que havia filtros de várias naturezas para estudar o processo de montagem do Estado brasileiro nos anos 30: havia o filtro dos atores que montaram esse processo e o filtro dos que foram contrários a ele; aliás, este era o único filtro mais organizado. Com isso, às vezes, “jogávamos o bebê com a água do banho”. Tínhamos, portanto, que construir uma mediação entre o que os atores diziam e o que nós poderíamos dizer sobre aquela realidade: se houve atores que construíram um determinado processo, isso devia ter uma certa lógica, e o importante para nós era capturar essa lógica, e não simplesmente criticar os atores.

M.C. – *Estávamos ainda em pleno governo militar e você tinha uma preocupação anterior em entender o autoritarismo brasileiro.*

A.C. – Nos anos 70 estávamos saindo de um autoritarismo que conhecíamos e lidando com um autoritarismo anterior que não conhecíamos. Por trás dessa realidade, havia uma certeza de que um autoritarismo tinha a ver com o outro. Havia uma curiosidade quase etnográfica, antropológica, para lidar com os que conheciam aquele passado que era desconhecido nas suas sutilezas. O que sentíamos era que no processo havia sutilezas das quais a visão ideológica de uma historiografia engajada não tinha dado conta. Tínhamos uma certa exceção ali: o livro do Bóris Fausto com aquela idéia de cisão, de crise oligárquica, trouxe conforto para nós porque abria espaço para uma interpretação mais sofisticada. Saíamos da matriz mais simplista da ciência política, da geração do ISEB, uma geração muito importante, mas que tinha tido uma relação de oposição e de desprezo para com 1930⁵.

M.C. – *De onde vem a idéia de que a História Oral seria um recurso metodologicamente importante para o estudo da história?*

A.C. – O caminho da História Oral surgiu antes mesmo de a pesquisa se estruturar de uma maneira mais sólida dentro do CPDOC, e se viabilizou porque a Fundação Ford manifestou interesse e dispôs-se a dar uma ajuda para a gente montar um programa de entrevistas⁶. O que sentíamos era que os arquivos eram extremamente diluídos, com grandes espaços vazios que não conseguíamos preencher. Havia grande concentração num determinado episódio, e às vezes entrava-se num vácuo muito grande. Então, com as entrevistas, seria possível criar um banco de dados que serviria de complementação aos arquivos.

Nesse sentido, a História Oral foi uma coisa que nasceu da nossa própria *praxis*. Como tínhamos alguns arquivos no CPDOC e a Celina estava fazendo uma grande ofensiva para conseguir outros, freqüentemente tínhamos pessoas que vinham doar documentos e sabiam coisas incríveis. No caso do arquivo do Osvaldo Aranha, por exemplo, havia aquele velhinho, Rubem Rosa, que vinha sempre ao CPDOC e ficava contando casos. Além disso, o CPDOC foi criado como uma “costela de Adão” do Indipo, o Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, dirigido então por Temístocles Cavalcanti, que também era memória viva de muita coisa, e que havia sido constituinte em 33. Começamos, então, a ser “as meninas do CPDOC”, aquelas que tinham disponibilidade para ouvir histórias, coisa que também não era metodologicamente comum, talvez até nem fosse metodologicamente correto.

A idéia do historiador tradicional era a seguinte: “Tenho um tema e vou procurar pessoas que conheçam o meu tema, e vou, de certa maneira, arrancar dessas pessoas respostas às minhas perguntas, às minhas dúvidas.” Esse tipo de historiador não lida com a história mais aberta, que, acho, é pós-moderna. Na verdade, o CPDOC criou uma metodologia pós-moderna, que é o antiortodoxo, o pragmático, o eclético. Isso foi muito alimentado pela relação intimista e até um pouco passional que estabelecemos com os documentos e com as pessoas que nos poderiam contar coisas.

A entrevista podia complementar o arquivo e devíamos explorar isso porque havia uma geração de pessoas que já estavam velhas. Por exemplo, havia o general Delso Mendes da Fonseca, que tinha sido um dos Dezoito do Forte, o Augusto do Amaral Peixoto, pessoas como as que tinham feito a revolta da Marinha, a Coluna Prestes etc. Hoje, a geração que está aqui, e que corresponde à nossa naquele momento, não tem mais contato físico com essas pessoas. E quando as pessoas morrem, acaba o contato físico com a realidade que representam. Quando se perde o contato físico, as interpretações começam a sofrer uma outra química, que pode ser melhor ou pior. O que uma geração pode capturar é muito grande, em termos de vivência, de narrativa, até de sentimentos, de como as pessoas viveram pessoalmente todos os seus dramas, oposições, as raivas que criaram, críticas que faziam uns aos outros. Tudo isso era muito sutil para ser jogado fora. O Programa de História Oral entrou aí de uma maneira estrategicamente muito importante. A idéia era suprir com informações consistentes, de várias fontes, os temas e os problemas que a conjuntura apresentou e que precisavam ser mais bem conhecidos.

A História Oral foi um trabalho hercúleo. Eu fiz 750 horas de entrevistas e, no início, dizia que a equipe era composta de uma pessoa e meia, porque

éramos eu e o Luís Henrique Bahia, que trabalhava meio expediente, quatro horas por dia. Não havia condições de se transcrever todas as entrevistas, era uma luta contra o tempo, a gente tinha que gravar e gravar. E tive uma preocupação muito séria no CPDOC com a questão metodológica. Aí entramos em contato com os americanos, com a Eugênia Meyer, a Ford trouxe para o Brasil dois ou três especialistas importantes. A visão americana era extremamente curiosa, pragmática. Era o estilo história local americana, que fazia a história da cidade e colhia os depoimentos, mas sem nenhuma preocupação metodológica maior, a não ser o próprio gravador e a preocupação técnica. A metodologia americana era muito mais uma metodologia de técnica. A Eugênia Meyer já vinha com uma visão mais latino-americana do movimento social, porque tinha feito uma história do zapatismo, da Revolução Mexicana.⁷ Mas ninguém se dava conta do que nós queríamos fazer, que era uma coisa mais ambiciosa.

M.C. – *E havia o Sidney Mintz que havia feito, na Costa Rica, um trabalho com plantadores de cana*⁸.

A.C. – O Sidney Mintz usava a técnica e a visão antropológicas. E o que eu procurei fazer foi uma síntese, que, acho, foi muito importante nessa metodologia que aplicamos. As primeiras entrevistas que fizemos foram com o dr. Temístocles Cavalcanti, com o Delso Mendes da Fonseca e com o Augusto do Amaral Peixoto; depois, fomos para o Cordeiro de Farias, que foi a grande primeira entrevista, que abarcou um período histórico muito longo e muito rico⁹. E, dentro dessa visão de uma metodologia pós-moderna, a primeira coisa que percebemos, com muito pioneirismo, foi que o holismo era talvez uma das coisas mais importantes que uma entrevista podia nos dar. O ser humano é um ente que faz conexões complexas e muito amplas. Quando você vai falar com alguém, você sempre tem a possibilidade de ir longe com essa pessoa porque ela tem imbricações, o pensamento dela invade várias conexões diferentes, você consegue entender um processo mais amplo. Como estávamos, nessa altura, já mordidos pela idéia de um entendimento mais amplo da história brasileira contemporânea e, especialmente, da importância que a matriz dos anos 30 tinha tido nesse processo, seja no seu lado bom, democrático, seja no seu lado autoritário, começamos a achar que essas entrevistas davam muito mais que informação para a gente. A entrevista não era um pretexto para se recolher de alguém alguma informação interessante, que, às vezes, até podia ser imprecisa. A entrevista era uma forma de apropriação de um processo mais amplo, que o ator conseguia transmitir, porque, junto com ele, trazia toda sua vivência.

M.C. – *Mas o documento oral não tinha muita aceitação.*

A. C. – Eu fiz um trabalho de consolidação de uma metodologia pioneira, não só no Brasil, como no mundo. Eu mostrava que a entrevista não é uma fonte menor de informação. Porque era essa, e ainda é, a visão da história tradicional para quem o documento escrito tem valor porque ninguém pode mexer nele, porque não é sujeito à interpretação. Eu usei essa expressão num trabalho que fiz, num livro organizado pelo Edson Nunes, *A aventura sociológica*¹⁰. Disse ali que é falsa essa idéia de que o ator é um mentiroso potencial e que os documentos escritos, de arquivos etc., são fidedignos, porque estão congelados e cristalizados no tempo. Isso não é verdade porque omitimos o fato de que, quando o documento é escrito, também sofre esse mesmo processo. Quem disse que uma pessoa escreve só a verdade para a outra? Ela pode estar mentindo, dando informação falsa, omitindo informações, interpretando o que lhe convém. Uma carta de Flores da Cunha para Getúlio Vargas não pode ser mais verdadeira, por exemplo, do que uma entrevista de Cordeiro de Farias. O problema é que são fontes de natureza diferente, porque o Cordeiro de Farias, ou quem quer que seja, vai dar a sua interpretação global sobre o processo e vai ter suas limitações. A limitação do documento é que ele só diz aquilo que está escrito, não diz nem mais nem menos. Certamente, a pessoa que escreveu tinha informações muito maiores do que as que passou na carta, mas você só tem a carta. A entrevistada não, ela é inesgotável. Pode-se perguntar àquela pessoa tudo o que se quiser, e ela pode responder num sentido muito mais amplo do que uma pergunta localizada.

As interpretações que se pode dar sobre o passado, às vezes até se baseiam em trocas de datas, imprecisão nas coisas, pode haver erros, mas nós ali definimos que o que nos interessa não é a entrevista como documento absoluto. A entrevista como documento é limitada como qualquer outro documento, e não deve ser interpretada como uma informação absoluta: é um documento parcial e limitado. A nossa metodologia não se baseia num documento, baseia-se num conjunto de documentos: a definição estratégica foi essa.

M.C. – *E junto com isso vem a idéia de trabalhar com elites.*

A. C. – Nós optamos por trabalhar com as elites políticas brasileiras e tentar capturar as suas várias vertentes, seus vários filões, que implicam visões de mundo diferentes ou não, eu não tinha certeza. Acho que a visão de mundo muitas vezes era a mesma: uma matriz cultural comum de um determinado período, que sempre se refere aos mesmos marcos históricos, factuais.

Você começava montando a matriz da interpretação e, também, as sutilezas, porque cada um traz informações que o outro não trouxe. A idéia era que a elite política ia ser o marco da nossa reflexão, que íamos trabalhar um conjunto de entrevistas que teria um conteúdo bastante diversificado e que as conclusões que pudéssemos tirar desse acervo gigantesco iam se basear nesse conjunto de informações, inclusive nas dos arquivos, jornais etc., que também estavam disponíveis.

A outra decisão, talvez a mais importante, foi eu ter descoberto que devíamos nos ancorar numa metodologia cientificamente mais sólida, porque o gravador é técnica, não é metodologia. Daí a importância do Sidney Mintz e dos antropólogos, porque eles, há muito tempo, inclusive na Escola de Chicago, trabalhavam com história de vida. Todo antropólogo usa informantes, por exemplo, para poder penetrar numa sociedade desconhecida: o informante é aquele que conta as histórias. Lígia Sigaud, num trabalho que fez sobre os camponeses da Zona da Mata¹¹, sintetizou muito bem esse método dizendo que todo ator é suporte da ideologia da sua classe. Ela disse aquilo com uma simplicidade extraordinária, mas que tem para nós, da História Oral, uma importância muito grande. Isso significa que não há possibilidade de você falar com alguém e que essa pessoa não reflita a matriz ideológica, cultural, ou interpretativa, do seu grupo. Se você for fazer uma entrevista com uma pessoa trinta anos mais velha, ou trinta anos mais moça, as referências mudam, e o que interessa no registro é isso também, essa matriz cultural mais ampla. Quando a Lígia disse isso, deu um tremendo passo à frente, porque aí saímos daquela tirania do quantitativo, de contar quantas pessoas pensam a mesma coisa. Não, uma pessoa pode pensar pelo todo. Se, por exemplo, o mundo acabar e sobrar um ser humano para contar a história, ele vai ser a síntese da espécie humana, vai dizer coisas que qualquer ser humano diria. Então, há sempre um denominador comum, e nós nos fixamos muito nisso, para tentar desmistificar essas críticas extremamente simplórias, que eram feitas tanto pela história social, quanto pela história factual. Essa picada foi aberta. A chave de tudo foi combinar a história de vida com a História Oral, e há vários textos, meus inclusive, que contam um pouco essa história¹². Procuo mostrar como a história de vida é que dá a matriz de referência fundamental para a narrativa; porque todo ser humano tem referências de tempo na sua história e na sua percepção. A história de vida me permite capturar esses referenciais e controlar a entrevista.

Quando digo: – Conte-me como foi a sua vida –, a pessoa automaticamente já vai entrar num terreno em que não vai simplesmente divagar, mas vai contar alguma coisa que viveu, portanto, que conheceu. Segundo, ela já

vai me dando pistas para eu controlar o processo, para comparar com outros, para eu poder fazer as perguntas contextuais que vão esclarecer aquele processo. Então, imediatamente partimos da idéia de que tínhamos que combinar a história de vida do indivíduo com a cronologia do período e dos eventos dos quais ele foi protagonista. Era uma espécie de superposição da cronologia mais ampla com a história de vida. Isso, que levei para vários congressos internacionais, sempre causou muita surpresa, mas muita aceitação, porque as pessoas viam que no Brasil estava se desenvolvendo uma história política, que não era simplesmente narrativa, mas que tinha essa preocupação de capturar um contexto maior dos atores, e portanto trazer mais informação e compreensão para coisas mais amplas.

M.C. – *Do ponto de vista da divulgação das entrevistas, havia também várias questões a serem decididas.*

A. C. – Foi um trabalho violento, que tinha, inclusive, muito investimento na gravação. Depois tivemos que ter um trabalho enorme para fazer as transcrições, para acertar a forma de transcrever. Havia ainda o fato de os atores falarem e mandarem desligar o gravador, ou então falarem, mas querendo sigilo, não querendo divulgar o que estavam dizendo. Hoje, com esses “grampos” telefônicos, todo mundo divulga tudo, até clandestinamente. Mas naquela época era uma coisa terrivelmente complicada conseguir das pessoas a liberação da entrevista. Nós ficamos um bom tempo com aquilo tudo armazenado.

M.C. – *As definições metodológicas foram dadas a partir das necessidades da própria pesquisa?*

A. C. – O início foi uma coisa muito indiferenciada, tudo saiu de um bolo só: uma definição metodológica da História Oral e uma definição estratégica de pesquisa que não tinha apoio na comunidade acadêmica, e que deu certo. Uma coisa importante é que imediatamente percebemos – e eu trabalhei muito nessa direção – que a gente precisava se comunicar com a opinião pública, com os jornais, dar essas informações. Poucas pessoas podem, hoje em dia, avaliar como a imprensa melhorou a sua análise dos períodos e dos personagens históricos, graças a esse trabalho de formiguinha, que culminou também com o *Dicionário*¹³ que consolidou milhares de fontes. O *Dicionário*, por sua vez, servia de fonte para fazermos uma entrevista. No fundo, o CPDOC foi pioneiro porque criou algo que, hoje em dia, está em qualquer manual de empresa da pós-modernidade: a integração holística dos

setores; as empresas ou instituições não vivem mais setorizadas. O que houve ali de extremamente inovador foi não só uma interdisciplinaridade, mas a integração de todos os setores e atividades.

Outra coisa que acho relevante: saiu da História Oral uma experiência bastante importante do ponto de vista metodológico, pois descobrimos que quando o material era muito rico podia-se fazer uma colagem de entrevistas contando uma determinada coisa. Com isso eu tive um prazer enorme, porque o livro do José Américo de Almeida foi feito com essa metodologia¹⁴. Depois a equipe do Programa de História Oral fez o livro do Getúlio¹⁵. Com as informações que temos, podemos construir o discurso do tempo e dos conflitos. Como cada ator dá a sua visão, você joga um contra o outro para esclarecer: para uns a Revolução de 30 foi isso, para outros foi aquilo, uns viam o Getúlio assim, outros viam dessa forma, uns queriam que a Paraíba seguisse tal caminho, outros queriam tal outro. Essas visões, quando são convergentes para um ponto, acontecimento, ou personagem, permitem que você faça essa grande colagem de um discurso coletivo, que é ao mesmo tempo um discurso só.

Era um pouco a idéia da Lígia Sigaud, de que a matriz é comum. Se é assim, você pode fazer o discurso a partir dessas pessoas, inclusive caracterizando as diferenças. Às vezes, é curioso, dois grupos políticos opostos, que brigaram a vida inteira, de repente dão a mesma versão de determinado período. O Getúlio é um caso típico. Na História Oral ouvimos várias vezes grupos políticos diferentes, a favor e contra, dizendo de Getúlio a mesma coisa. Sobre o segundo governo de Getúlio, a opinião unânime é de que ele veio fraco. Todo mundo diz isso: o Amaral Peixoto, que era ligado a ele, e o Cordeiro que estava do outro lado. Acho que essa metodologia poderia ser mais explorada, por exemplo, com o material que o CPDOC já tem sobre o regime militar.

M.C. – *E como essa sua curiosidade histórica era recebida dentro da Fundação Getúlio Vargas?*

A.C. – Essa é outra coisa importante. Na Fundação Getúlio Vargas estava a geração de 30, que estava completando o seu ciclo. Os velinhos estavam lá: os assessores do dr. Simões, o Benedito Silva, o dr. Temístocles, depois o Afonso Arinos, uma pessoa que teve uma importância muito grande, fiz várias entrevistas com ele¹⁶, foi uma pessoa que me influenciou muito. Mas nós ficávamos muito jovens porque a Fundação estava envelhecendo, o seu corpo dirigente era constituído de muitas pessoas idosas, que viam aquilo com um pouco de medo e diziam: “O que essas meninas vão fazer

com o nosso passado?” Havia o medo de que a interpretação pudesse ser ideologicamente viciada. No fundo, eles tinham um pouco de razão, porque o que havia por aí era uma visão muito crítica. Acho até que o fato de o CPDOC ter nascido na Fundação, nessas circunstâncias, e de nós termos, de certa maneira, obrigação de sermos isentas para não nos indispormos com a casa, foi muito bom para nós, porque nos obrigou a ser mais cuidadosas, a ouvir com mais generosidade. Foi uma educação coletiva positiva.

M.C. – *O CPDOC optou por trabalhar com elites num momento em que parte dos historiadores enfatizava a “história dos vencidos”.*

A.C. – Você tocou num ponto interessante. Eu tinha feito uma tese sobre as Ligas Camponesas e estava, portanto, muito confortável para falar dessas coisas porque tinha investido cinco anos da minha vida num trabalho sobre o movimento social em um dos momentos mais radicais do período populista¹⁷. Por isso eu tinha a confiança dos meus pares. Eu estava no CPDOC mas era sempre convidada para dar um curso no Museu Nacional, no IUPERJ, ou ir a Campinas ou à USP para falar dos camponeses. Minha bagagem acadêmica me ajudou, pois eu não estava do outro lado, falando das elites com um culto embutido das elites. Eu sempre brincava: – Não confundam o objeto com a análise, até porque, muitas vezes, pessoas com uma visão crítica da sociedade estudam os vencedores apenas para falar mal deles. Eu quero o direito sagrado de estudar o que achar importante para entender meu país. O fato de que estou trabalhando com elites não quer dizer que esteja a serviço delas, mas também não quer dizer o oposto, que estou estudando as elites para falar mal delas. Quero ter a oportunidade de estudar esses atores estratégicos com grandeza de visão, com espírito crítico, mas com isenção suficiente para trazer uma coisa nova que ajude a entender o período.

Outro dado importante foi descobrir a importância da questão regional no Brasil. No momento em que detectamos que a matriz política era regional, os militares também ganharam uma força danada, pois eram o contraponto ao regionalismo.

M.C. – *Como se consolidou, na prática, a atividade de História Oral dentro do CPDOC?*

A.C. – A partir de certo momento começou a correr a versão dentro do CPDOC de que era preciso trazer alguém de fora para organizar o setor, porque o material era vasto e estava pouco organizado. Essa versão pode interessar, em certos momentos, quando você quer justificar determinadas mu-

danças. Mas, a rigor, o que fiz foram essas 750 horas de entrevistas, o material de pesquisa que a gente preparava para cada uma delas era muito grande. O pesquisador ia fazer uma entrevista com uma conjuntura de um lado e com a história de vida do outro. Tudo isso deu muito trabalho.

Nos últimos dois anos da minha gestão, quando conseguimos um pouco mais de recursos da Finep, começamos a fazer muita transcrição, a tentar sistematizar o tipo de intervenção que se podia fazer no texto. Nessa altura, havia doidos na História Oral que achavam que, se a pessoa gemesse, você tinha que registrar o gemido por escrito; se a pessoa falava errado, transcrevia errado. Aí começou a discussão: quando um camponês fala errado, você põe errado; quando alguém da elite não faz a concordância direito, você conserta. Qual é o padrão? Tudo isso deu muita discussão. Afinal padronizamos tudo, fizemos avaliação metodológica e daí nasceu o livro de História Oral¹⁸ e uma série de coisas importantes sobre o que fazer e o que não fazer, que é interessante dentro dessa visão de história de vida¹⁹. Por exemplo, não se deve fazer uma entrevista com grandes intervalos, como fiz com o Cordeiro de Farias. Acho que uma entrevista com noventa horas e que não terminou, parou na Revolução de 64, não é metodologicamente recomendável. E havia várias conclusões que a gente tirava de um trabalho feito em condições muito precárias, com poucos recursos, e que foi gigantesco do ponto de vista de armazenamento de informação. Considero que o que deixei ali foi uma metodologia definida, um acervo considerável, uma reflexão importante sobre como fazer as coisas. Isso foi muito discutido, fomos a uma quantidade enorme de congressos, lançamos internacionalmente a História Oral. Iniciamos ainda a relação com a Associação Internacional de Sociologia, através do Daniel Bertaux, que deu espaço para que eu apresentasse meus trabalhos em congressos internacionais, e com a Associação Internacional de História Oral, que hoje o CPDOC integra.

NOTAS

1. O CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, foi criado em 25 de junho de 1973. Os primeiros arquivos de seu acervo foram o de Getúlio Vargas e o de Oswaldo Aranha.
2. O Instituto de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro foi criado; pelo professor Cândido Mendes, em 1967.

3. Refere-se ao livro de Bóris Fausto, *A Revolução de 30. Historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1974.
4. Hélio Silva publicou dezenas de livros. Os mais conhecidos integram a coleção documental intitulada Ciclo Vargas, com 16 volumes, publicados pela Civilização Brasileira entre 1968 e 1978. Edgar Carone, além de vários artigos, publicou, entre 1969 e 1976, pela Difusão Européia do Livro, uma coleção de livros sobre o ciclo Vargas também apoiada em documentos primários.
5. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955 e extinto em 1964, teve como principal característica ser um centro de debate intelectual sobre o nacionalismo e o desenvolvimento brasileiros. Sobre o assunto ver Caio Navarro de Toledo. *ISEB, fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.
6. Em março de 1977 a Fundação Ford, através da Biblioteca Nacional, aprovou uma doação de 115 mil dólares para a criação de um programa de documentação em Ciências Sociais no Brasil. Couberam ao CPDOC 40 mil dólares destinados ao início de suas atividades. Em outubro de 1977 a Fundação Ford fez nova doação ao CPDOC – 15 mil dólares – visando ao desenvolvimento das atividades do Programa de História Oral.
7. Eugênia Meyer. *Entrevista con el general Brigadier Tiburcio Montalvo*. México, DF, mimeo, 1973. Com Alicia Oliveira de Bonfil, Eugênia Meyer publicou também “Historia Oral, origen, metodología, desarrollo y perspectivas”. *Revista Historia Mexicana*. México, 21(2), p. 372-86.
8. Sidney Mintz; “Encontrando Taso, me descobrindo”. *Dados*. Rio de Janeiro, 27 (1), p. 45-58; “The anthropological interview and life history”. *The Oral History Review*. New York, 1979, p. 18-26.
9. Aspásia Camargo e Walder de Góis (coord.). *Cordeiro de Farias. Meio século de combate*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.
10. Aspásia Camargo. “O ator, o pesquisador e a história: impasses metodológicos na implantação do CPDOC”. In: Edson de Oliveira Nunes (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 276-304.
11. Ligia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: Estudos sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, tese de Doutorado, USP, 1977.
12. Sobre o assunto: Aspásia Camargo vários trabalhos, entre eles: *História oral e história*, CPDOC, mimeo, 1976; “Elaboración de la historia oral en Brasil: el proceso de transición visto a través de las historias de vida de los dirigentes políticos”. *Secuencia*. México, (4), p. 14-22, ene./abr. 1986; “A Latin American overview”. *Biography & Society/Biographie & Société*, Paris, (5), p. 39-43, dec. 1985; “Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas”. *Dados*. Rio de Janeiro, 27 (1), p. 5-28, 1984; “Histórias de vida na América Latina”. *BIB*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, (16), p. 5-24, 2º semestre de 1983 (com Lúcia Hippolito e Valentina Rocha); “O método qualitativo: usos e perspectivas”. In: Congresso Nacional de Sociologia (3:1987:Brasília, DF). *Sociologia, sociologias*, 1987, p. 19-23; “The actor and the system: trajectory of the Brazilian political elites”. In: Daniel Bertaux (ed.). *Biography and Society: the life history approach in the social sciences*. Beverly Hills, Sage, 1981 p. 191-201.

13. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Finep/Forense, 1984.
14. Aspásia Camargo, Eduardo Raposo e Sérgio Flaksman (coords.). *O Nordeste e a política. Diálogos com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
15. Valentina Rocha Lima (coord.). *Getúlio, uma história oral*. Rio de Janeiro, Record, 1986.
16. *O intelectual e o político; Encontros com Afonso Arinos*. Organizado por Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani e Maria Tereza Teixeira. Brasília DF, Senado Federal, Dom Quixote; Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983.
17. Aspásia Camargo. *Brasil Nord-est, mouvements paysans et crise populiste*. Paris, École Pratique des Hautes Études, Centre d' Études des Mouvements Sociaux, 1973. 414 p.
18. Verena Alberti. *História Oral: A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1990.
19. A exemplo do que aconteceu com as atividades de documentação em arquivos privados, em fins da década de 1970, o Programa de História Oral do CPDOC já servia como modelo e paradigma para vários outros centros de pesquisa que surgiam por todo o Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BONFIL, Alícia Oliveira de e MEYER, Eugênia. “História Oral, origen, metodologia, desarrollo y perspectivas”. *Revista Historia Mexicana*. México, 21 (2), p. 372-86.
- CAMARGO, Aspásia e GÓIS, Walder de (coord.). *Cordeiro de Farias*. Meio século de combate. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. Difusão Européia do Livro, 1969 / 1976.
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30*. Historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- MEYER, Eugênia. *Entrevista con el general brigadier Tiburcio Cuellar Montalvo*. México, DF, mimeo, 1973, 83p.
- MINTZ, Sidney. “The anthropological interview and life history”. *The Oral History Review*. New York, 1979, p. 18-26.
- _____. *Encontrando Taso, me descobrindo*. Dados, Rio de Janeiro, 27 (1), p. 45-58.
- SILVA, Hélio. *Ciclo Vargas*. Civilização Brasileira, 16 v., 1968 / 1978.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB, fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.